



MINISTÉRIO DA ECONOMIA - ME
SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA
Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia - CAPDA

ATA DE REUNIÃO CAPDA Nº 4/2022

**ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DAS ATIVIDADES DE PESQUISA E
DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA - CAPDA**

LOCAL/DATA/HORA:

Realizada por videoconferência, em 15 de fevereiro de 2022, das 09h às 12h (horário de Brasília).

PARTICIPANTES:

COMITENTES: os membros designados pelo Ministro de Estado da Economia via Portaria SEPEC nº 21.450, de 29 de setembro de 2020, e Portaria SEPEC nº 22.750, de 26 de outubro de 2020 e Portaria SEPEC nº 5.347, de 21 de maio de 2021.

CONVIDADOS: Simone Anacleto (PGAPCEX/PGFN), Marcos Henrique (PGAPCEX/PGFN), Lilian Peters MCTI, Rosana Moysés (UFAM), Sílvia França (CETEM), Fábio Calderaro (CBA), Zuleica (CETEM/RJ), Giordano Azevedo (MCTI), José Sena (CETEM/RJ).

PAUTA:

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA da 13ª Reunião Extraordinária do Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia (CAPDA), realizada em 17 de dezembro de 2021, por videoconferência (Processo SEI nº 52710.011823/2021-91).

TRATATIVAS RELATIVAS AO FNDCT: Revisão do regimento interno e reformulação do documento "Diretrizes Estratégicas do CT-Amazônia", aprovado pelo Capda em 2013 a partir de documento elaborado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) - debate inicial. Deliberação acerca das Cartas-Proposta recebidas, relativas ao CT-Amazônia, fundo setorial do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), visando à construção do Plano Anual de Investimentos 2022 (PAI 2022).

REGISTRO DOS PONTOS DISCUTIDOS:

COMUNICAÇÕES:

O Coordenador do Capda, Sr. José Ricardo, iniciou a reunião e solicitou ao Secretário Executivo do CAPDA, Cel. Amaral, que realizasse a conferência dos comitentes

presentes. Em seguida, o Coordenador do CAPDA informou que a pauta seria direcionada aos trabalhos ligados ao FNDCT, CT Amazônia, tendo em vista que o CAPDA é o comitê gestor do Fundo. Destacou, também, que a reunião contaria com a presença de alguns convidados, os quais entrariam na segunda hora do encontro para apresentação das cartas-proposta enviadas ao Comitê. Comunicou que a reunião prevista para o dia 22/02/2022, prevista inicialmente para tratar da solução dos casos INDT e MURAKI, precisaria ser postergada para o mês de março/2022, a princípio, visto que os processos ainda estão em análise jurídica do Ministério da Economia. Por outro lado, a data poderia ser mantida para eventual reunião complementar à do dia, caso não houvesse condições de deliberar sobre as cartas-propostas recebidas.

Quanto à pauta inicialmente prevista para a reunião do dia 22/2/2022, houve debate por alguns minutos entre alguns membros do Comitê e a área jurídica do Ministério da Economia. O **Sr. Wilson Périco**, representante do Pólo Industrial de Manaus, reforçou que seria importante ouvir novamente as ex-coordenadoras dos programas prioritários em análise, para que pudessem novamente expor seus pontos de vista e, ainda, conhecer os termos de eventual decisão do Comitê a respeito dos desdobramentos propostos. Por outro lado, a **Dra. Simone Anacleto**, Procuradora-Geral Adjunta da Consultoria de Produtividade, Competitividade e Comércio Exterior (PGAPCEX), do Ministério da Economia, destacou que tanto a Suframa como o Ministério da Economia estão trabalhando com dedicação e intensidade, observando o devido processo legal (e ritos administrativos), notadamente os princípios do contraditório e da ampla defesa. E que deve haver o cuidado para que não se criem etapas desnecessárias no processo. De todo modo, é algo que poderá ser avaliado oportunamente. Na mesma linha, o coordenador do CAPDA, **Sr. José Ricardo**, ponderou que a ideia de postergar por mais algumas semanas a decisão é justamente para que possa ser trazida ao Comitê a melhor decisão possível, embasada técnica e juridicamente, para maior segurança de todos, em especial do próprio Comitê. E, a fim de não comprometer a pauta prevista para a reunião em curso (FNDCT), sugeriu a retomada do debate com os pontos de pauta previstos.

A **sra. Lilian Peters** ressaltou que o FNDCT ficou muito tempo sem recursos para os fundos setoriais, mas que o cenário atual prevê disponibilidade de recursos em todos os anos. O CT-Amazônia integra o FNDCT, o qual é composto também por outros fundos setoriais, com recursos de outras fontes orçamentárias. Comenta ser necessário que o CT-Amazônia defina sua demanda e discuta de forma científica e estratégica o que é importante para o fundo. Ainda que não haja todo o recurso, existem outras fontes dentro do FNDCT, que até foi utilizado no ano passado. No ano passado, o CT teve duas ações aprovadas. Uma delas ficou especificamente para ser fomentada com recurso do CT Amazônia/CAPDA; a outra migrou para ação de Subvenção Econômica, a qual utiliza outros recursos orçamentários para pagar essas ações.

O **Coordenador do CAPDA, Sr. José Ricardo**, comentou que estão aprendendo sobre o funcionamento do FNDCT aos poucos, com vistas a tentar executar o orçamento previsto. Acredita que já houve ganhos nesse processo. Como exemplo, citou o edital lançado no dia 4/2/2022, em Manaus. Sobre a questão orçamentária, comentou sobre sinalização feita aos membros, por e-mail, sobre a disponibilidade para o exercício de 2022: o valor previsto na LOA 2022 já está parcialmente comprometido com uma carta-proposta aprovada no ano passado, com dois dos três anos previstos (2021 e 2022). Mencionou ainda a possibilidade de expansão orçamentária, bem como de haver cartas-propostas que podem ter relação com outros fundos setoriais. Frisou que a presente reunião seria para conhecer um pouco mais

sobre as cartas-proposta, bem como explicá-las um pouco mais. Como houve entendimentos em não haver deliberação, seria um processo de aprofundamento por meio de cada membro.

Em continuidade à Reunião, o **Secretário Executivo do CAPDA, Cel. Amaral**, iniciou a leitura dos itens da pauta. Destacou o **item 2.1**, o qual tratava da aprovação da ata da 13ª Reunião Extraordinária CAPDA, para discussão e aprovação dos membros do CAPDA, nos termos do documento SEI 1219604, disponibilizado para avaliação dos comitentes em 29 de dezembro de 2021. Não houve alteração do texto do referido documento. Em seguida, o **Coordenador do CAPDA, o Sr. José Ricardo**, colocou para discussão e aprovação dos comitentes. Sem manifestações contrárias por parte dos comitentes, foi aprovada a Ata relativa à 13ª Reunião Extraordinária do CAPDA, realizada em 17 de dezembro de 2021.

Decisão: a Ata foi aprovada por unanimidade pelo Comitê.

O **Secretário Executivo do CAPDA, Cel. Amaral**, destacou o **item 3.1**, referente às Tratativas FNDCT: Revisão do regimento interno e reformulação do documento “Diretrizes Estratégicas do CT-Amazônia”, aprovado pelo Capda em 2013, a partir de documento elaborado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE).

O **Coordenador do CAPDA, Sr. José Ricardo**, destacou que, a partir da retomada do assunto no ano passado, por volta de agosto ou setembro, conseguiram localizar um documento feito pelo CGEE, entidade ligada ao MCTI, por meio de contrato de gestão. O CGEE fez esse trabalho para todos os fundos setoriais, em 2013 e 2014. Citou a reunião da qual participou em janeiro deste ano, do Comitê de Coordenação de Fundos (CCF). Frisou que um dos pedidos do Secretário Executivo do MCTI, que preside o CCF, é que os Comitês Setoriais façam uma revisão desse documento. Não havia ficado claro, no entanto, se isso ocorreria também por meio do CGEE, em momento oportuno, por meio de conversas individuais ou com o próprio Comitê, a fim de debater esse documento e fazer uma reformulação dessas Diretrizes Estratégicas. Solicitou esclarecimentos adicionais da equipe do MCTI presente à reunião.

Comentou ainda que, possivelmente, seria um documento mais sucinto e direto quanto às diretrizes de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) para o CT-Amazônia. Uma das competências do CAPDA é justamente estabelecer as diretrizes de PD&I para a região da Amazônia Ocidental e o Amapá. Por mais que existam várias áreas de PD&I, provavelmente o Comitê, por meio desse documento e/ou por sua própria competência, definirá, por meio de Resolução, as diretrizes ou linhas a serem priorizadas para investimento em PD&I, sejam aquelas que estão na capacidade de gestão do Comitê (CT-Amazônia), sejam aquelas que as empresas deverão ou poderão executar a contrapartida de PD&I. Destacou que há várias áreas de PD&I que podem e devem ser priorizadas mais do que outras, mas é uma decisão do Comitê.

O **Coordenador do CAPDA, o Sr. José Ricardo**, acrescentou ainda em sua fala que há uma minuta de revisão do Regimento Interno, a qual está em processo de análise do ponto de vista jurídico. Vão tentar agilizar a análise para que, na reunião ordinária do CAPDA, prevista para março/2022, o processo de revisão do regimento já esteja concluído. E, também, atenderá um demanda já conhecida por todos, relativa à revisão ou à reformulação de vários atos administrativos inferiores a Decreto. Frisou ainda que as revisões que envolverem uma alteração de mérito terão um prazo um pouco maior, até início de agosto. A equipe está trabalhando e há intenção de trazer uma versão para avaliação na próxima reunião ordinária.

O **Sr. Giordano Azevedo - MCTI** primeiramente agradeceu pelo convite da reunião, comentou que, após a reunião do CCF, fizeram um primeiro contato com o CGEE, no

sentido de convidá-los a participar desses trabalhos de reformulação das diretrizes dos Fundos Setoriais. Destacou que os regimentos internos dos fundos setoriais dependem e serão decididos no âmbito de cada um. Informou que será um trabalho orientativo, do qual o CGEE já se prontificou a participar, aproveitando a experiência deles com outros projetos, até mesmo na definição das diretrizes elaboradas em 2013. Quanto ao regimento interno, ressaltou que já tem uma proposta pronta e vai submetê-la à próxima reunião da CCF ou se realmente não houve tempo hábil, provavelmente, será marcada uma outra reunião para se fazer essa sugestão de regimento interno, que vai balizar o trabalho dos Fundos Setoriais na constituição do seu próprio regimento e funcionamento.

O Coordenador do CAPDA, o Sr. José Ricardo, esclareceu que a intenção de aprovar algo em março é sobre a minuta de regimento interno do CAPDA. Em relação ao documento das diretrizes estratégicas, acredita que terá um fluxo mais alongado, seja com o CGEE para contribuições em caráter opinativo, colaborativo, seja para definições do CAPDA. Houve indicação, na reunião do CCF, de que as novas diretrizes estratégicas já poderiam orientar o Plano Anual de Investimento em 2023. No presente ano, ainda seria no formato atual, com as análises das cartas recebidas e, minimamente, fazendo uma priorização de acordo com o recurso disponível, levantando possibilidade de interação com outros Fundos Setoriais e submetendo a eles, a partir da aprovação ou dos encaminhamentos do Capda, submetendo aos demais Fundos se houver essa pertinência e ao CCF, ou ao Conselho Diretor para serem analisadas.

Comentou que quanto ao regimento interno, solicitou ao Sr. Giordano Azevedo que, caso tenham algum comentário ou proposta no formato padrão, eles fossem enviados ao Comitê, pois já existe uma proposta consolidada, a qual foi feita pela Suframa, com base em pontos discutidos internamente. E, agora, com a chegada de outros membros, com a reformulação feita no ano passado para incluir os demais estados da Amazônia Ocidental e o Amapá no Comitê (com um voto conjunto), a ideia permanece sendo a de aprovar a minuta na próxima reunião do CAPDA.

Na sequência, **o Secretário Executivo do CAPDA, Cel. Amaral,** destacou o **Item 3.2** da pauta – Tratativas FNDCT: Cartas-Proposta relativas ao CT-Amazônia, fundo setorial do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), visando à construção do Plano Anual de Investimentos 2022 (PAI 2022). **O Secretário Executivo do CAPDA, Cel. Amaral,** ressaltou que entende que a presente reunião não seria para definir o que é pertinente ou não e nem para priorizar, e sim para se ter uma ideia do que será proposto. Assim, em fase seguinte, provavelmente, na semana próxima, talvez, de forma eletrônica, o Comitê consiga deliberar, votar e priorizar os projetos. Encerrando seu comentário, informou que iniciaria a defesa oral dos projetos submetidos ao Comitê.

O Sr. Fabio Calderaro, Gestor do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA, realizou a apresentação dos seguintes projetos:

SEI nº 1241458 - Título: Inovação para uma Nova Economia Verde: seleção de empresas que buscam desenvolver soluções inovadoras em bioeconomia, com o apoio do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) Modalidade: Chamamento Público Prazo: 36 meses; Valor: entre R\$ 150.000,00 e R\$ 1.500.000,00 4 - Centro de Biotecnologia da Amazônia- CBA (

SEI nº 1241459 - Título: Aumentando a competitividade das cadeias produtivas amazônicas: a estruturação e acreditação de laboratório para controle de qualidade de alimentos, visando o mercado externo [fitossanitária e microbiológica] Modalidade:

Encomenda; Prazo: 36 meses; Valor: 4.000.000,00 5 - Centro de Biotecnologia da Amazônia-CBA (

SEI nº 1241461 - Título: Plataforma de qualificação de bioativos para a produção de insumos fitoterápicos [poaia] Modalidade: Encomenda; Prazo: 36 meses; Valor: 4.093.864,89; 6 - Centro de Biotecnologia da Amazônia- CBA

SEI nº 1241463 - Título: Centro de análise e qualificação de produtos, processos e matérias-primas e de prestação de serviços tecnológicos especializados. Modalidade: Encomenda; Prazo: 24 meses; Valor: 4.000.000,00.

A Sra. Zuleica (CETEM/RJ), destacou que o projeto encaminhado ao Capda tinha como título: Tecnologias sociais para “clean-up” de rejeitos da pequena mineração de ouro contaminados com mercúrio visando disposição ambientalmente segura. Comentou que o projeto foi escrito inicialmente para ser submetido ao CT mineral, está bastante focado na limpeza de rejeitos da mineração de ouro, que são contaminados por mercúrio. Essa atividade se dá essencialmente na Região Amazônica. Frisou que o Brasil assinou e ratificou a Convenção de Minamata, uma convenção intergovernamental. Foi reconhecido que o mercúrio, elemento utilizado na pequena mineração de ouro, é um poluente global. Então, não adianta os países ficarem trabalhando de forma independente para controlar as fontes; todos deveriam trabalhar juntos. Além disso, a pequena mineração de ouro é apontada como a fonte mais importante de contaminação de mercúrio na atmosfera.

O Sr. José Sena (CETEM/RJ), iniciando sua apresentação, agradeceu pela oportunidade. Destacou que a proposta do Centro de Tecnologia Mineral-CETEM/RJ (SEI 1243902) tinha como Título: Métodos de avaliação de desenvolvimento e contribuições para a governança pública no uso de Royalties da mineração nos municípios mineradores da Amazônia Legal, que são os principais produtores de bens minerais nesse contexto da Amazônia Ocidental. O Objetivo Geral é analisar como a riqueza gerada pela mineração, a partir do reconhecimento da CFEM (royalties), se reflete nos indicadores de desenvolvimento nos principais municípios da Amazônia Legal. Ver como todo esse aporte de recurso que vem para Amazônia, está vindo principalmente com alteração da lei, a partir de final de 2017, 2018, e efetivamente em 2019, ele está refletindo na melhora de vida dos municípios mineradores.

A Profª Dra. Rosana Moysés, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, apresentou a CARTA proposta (SEI nº 1242861) referente ao projeto Alive - estratégias tecnológicas para promoção de saúde no tratamento oncológico [videogame e realidade virtual]. Ressaltou que a finalidade é que as estratégias sejam executadas e desenvolvidas na Amazônia Ocidental. A lógica é atuar em quatro grandes hospitais. O primeiro seria a Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado da Amazônia, que é parceira, já tem projeto de tecnologia sendo executado por ele. Os outros são o Hospital Amor de Roraima e Hospital Amor de Rondônia, tendo em vista que os dois Hospitais são vinculados ao Hospital de Barretos. São hospitais que têm a íntima ligação com estratégias de promoção de saúde, e, por fim, o Hospital do Acre de atendimento de Oncologia. Dessa forma abarcaria quatro Estados na Amazônia Ocidental.

A Profª Dra. Rosana Moysés completou seu discurso destacando, ainda, que o investimento previsto é de treze milhões de reais, em três anos, com toda a estrutura que se pretende elaborar e que não requer só materiais, mas também requer um corpo técnico competente. Ressaltou que realmente é necessário um investimento um pouco maior, mas acredita ser um investimento que, ao fim desses três anos ou até mesmo antes, tenha um

resultado positivo, não só de pesquisa, mas de reconhecimento de qualidade de vida desses pacientes, que é a grande finalidade do projeto.

O Sr. Fábio Araújo, MCTI, esclareceu que não representa o proponente da Carta proposta, está fazendo a apresentação a pedido do Secretário da SEMPI/MCTI, Sr. Paulo Alvim, presidente do CT-Aero. Destacou que eles só souberam da reunião do CT-Amazônia no dia anterior, mas resolverem aproveitar a oportunidade para apresentar o projeto. Ressaltou que a proposta do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (1247930), com o título *Sistema de Detecção de Incêndio com Drones utilizando IA* tinha como objetivo criar um sistema para coleta de dados utilizando drones, com característica multiplataforma, multissensor (imageamento multiespectral, umidade, temperatura, e outros) para construir modelos de inteligência artificial para prever risco de incêndios na área de cobertura. O sistema de coleta, anotação e fusão de dados conseguirá lidar com diferentes categorias de dados e plataformas, bem como ser facilmente integrado com outros sistemas de dados relacionados ao problema, como informações providas de satélites, mapas de vegetação, ou outros dados estruturados, ou não.

Dra. Daniella Rodrigues Bezerra, membro titular das ICTs Privadas, a respeito do projeto apresentado, frisou que achou perfeito o início do trabalho, que a instituição foi em busca de instituições que possuem as tecnologias habilitadoras e que perceberam que o resultado finalístico fica na Região Amazônica, porém acha que o projeto precisa de uma maior integração entre essas tecnologias habilitadoras e uma transferência de tecnológica para a Amazônia. Como, por exemplo, no Amazonas, existe o INPA, laboratório de manejo florestal, que pesquisa muito sobre a questão de queimadas, ele também tem uma série de trabalho de observação nessas áreas degradadas, com drones. Então, a proponente pode pensar em um trabalho em rede que integre essas instituições da Amazônia Ocidental e transformar esse projeto em algo mais integrado, que gere uma colaboração, é extremamente bem vindo para todas as instituições que podem contribuir com esse projeto, acha que um passo natural é fazer esse levantamento e ver quais instituições podem colaborar com o projeto, imaginando alguma coisa em rede.

A Sra. Lilian Peters, MCTI, destacou que é importante, como colocado pela Dra. Daniella, que as propostas ainda vão ser aprovadas em outra reunião, que elas podem ser atualizadas e reorganizadas em um projeto mais estruturante para área da Amazônia. Então, talvez, é uma grande chance de criação e aprovação de uma rede com mais robustez para utilização, avançar na proposta de transferência de tecnologia, com parcerias mais complexas, e uma somatória de expertise. Sabe que o FNDCT está novo para o CAPDA, mas tem uma experiência antiga com a saúde, nos anos de 2013, quando o FNDCT tinha bastante recurso, era que a construção das propostas eram gestadas por muito tempo. Os projetos em redes são muito mais ricos, se aprofundam e ficam mais produtivos em matéria de resultados para a região. Acha que a lei fala que o projeto tem que estar na Amazônia, ele tem que produzir efeitos produtivos para a Amazônia. Reforçou que a proposta pode ser ampliada, revista, reconstruída, mas não consegue responder de imediato sobre o que pode ou não pode a respeito das propostas.

O comitente titular da Finep, Sr. Rodrigo Silva, quanto à questão do apoio fora ou dentro da região, acha importante os membros também debaterem e refletirem se é isso o que realmente querem. Sente que não é a vontade do ecossistema apoiar despesas que sejam realizadas fora da região. Para ilustrar, relata a respeito da divulgação do edital Finep/Amazônia, recém-lançado, em que uma questão recorrente nas reuniões, inclusive com participação de alguns comitentes, refere-se à expansão da proposta para o Pará e o Tocantins. Diante disso, necessita explicar todo o processo, como mudou a rubrica; então,

o ecossistema entende. Por outro lado, sendo um recurso que veio direto do CT Amazônia, e, no caso da lei de informática, como é mais conhecida, acha que vai ter muita resistência e questionamento à Suframa, ao Capda e aos próprios comitentes sobre o porquê de ter havido apoio a rubricas ou despesas fora da região; é uma cultura muito forte no ecossistema isso, além do fato que se pode fazer, é interessante refletir se é o caminho que o Comitê deseja tomar.

Encerrando a reunião, **O Coordenador do CAPDA, Sr. José Ricardo**, destacou que, a princípio e considerando a reserva de data feita para próxima reunião extraordinária do CAPDA, cuja pauta seria outra, a data do dia 22/2 seria aproveitada para fazer nova reunião do CAPDA/CT-Amazônia, a fim de concluir essa etapa relativa ao FNDCT. E que conversaria com a equipe do MCTI para entender a questão dos prazos, pois os prazos dos Comitês Gestores dos fundos setoriais estavam atrelados com os prazos do Conselho Diretor e do CCF. A próxima reunião do CCF está agendada para o dia 8/3/2022. É importante, portanto, que o CAPDA, com a maior brevidade possível, consiga definir as cartas que serão selecionadas pelo CT Amazônia ou que serão eventualmente migradas para outros fundos ou, ainda, quais propostas poderão ser transferidas para outras rubricas, como Ações Transversais ou Subvenção Econômica. Ressaltou que avaliariam se a reunião seria no formato virtual ou se haveria uma votação eletrônica, mas com mais tempo para que todos possam analisar e avaliar as propostas, se houver por parte dos proponentes condição de fazer uma breve atualização com aquilo que foi comentado e submeter novamente a Carta para incluir no processo respectivo e atualizar a equipe do MCTI também, porque isso pode orientar, inclusive, a decisão de migração para outras rubricas.

ENCERRAMENTO PELO COORDENADOR

O Coordenador do CAPDA, Sr. José Ricardo, concluiu a Reunião, agradeceu a participação de todos e encerrou a 14ª Reunião Extraordinária do Comitê.

Lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, segue assinada por mim, Secretário Executivo e pelo Coordenador do CAPDA.

COMITENTES AUSENTES:

(I) Representantes

Erisson Wisner Calixto da Mota/Suplente do **Governo do Estado do Acre**

Anderson Abreu de Lima/Titular do **Governo do Estado do Acre**

Isabela Brod Lemos de Abreu/Suplente **BNDES**

Inocêncio Júnior de Oliveira/ Suplente da **Comunidade Científica**

Jório de Albuquerque Veiga Filho/Titular do **Governo do Estado do Amazonas**

José Gustavo Sampaio Gontijo/ Titular **MCTI**

Ricardo Rosa/ Suplente da **Finep**

Tatiana Schor / Membro suplente do **Governo do Estado do Amazonas**

Cleinaldo de Almeida Costa/Membro titular da comunidade científica da
Amazônia

Justificativas de ausências na reunião: comitente suplente da Finep, **Ricardo Rosa** (e-mail SEI nº 1250871).

Registre-se que os membros deixaram de comparecer a duas reuniões consecutivas ou três alternadas, sem justificativa, deverão ser substituídos, nos termos do Regimento Interno (Resolução CAPDA nº 8, de 29 de outubro de 2019), Art. 4º, § 10.

COMITENTES PRESENTES:

José Ricardo Ramos Sales / Coordenador do CAPDA (ok)

Klenize Chagas Fávero/Coordenadora suplente do CAPDA(Ok)

Manoel Amaral Fernandes Filho/Secretário Executivo do CAPDA (ok)

Marcelo Clinger Vieira Cavalcante / Secretário Executivo do CAPDA (ok)

Daniella Rodrigues Bezerra, Dra / Membro titular das ICTs Privadas (ok)

Henrique de Oliveira Miguel/ Membro suplente do MCTI (ok)

Júlio Salarini Guiomar/Membro Titular do BNDES (ok)

Vania Thaumaturgo Capela / Membro suplente das ICTs Privadas (ok)

Roberto Garcia/ 2º Suplente do PIM (Ok)

Nelson Azevedo dos Santos /Titular do PIM (1º) OK

Raphael Oliveira/1º Suplente do PIM (ok)

Rodrigo da Silva de Lima/ Membro titular da Finep (ok)

Wilson Luis Buzato Périco /Titular do PIM (2º) OK

Cynthia Araujo Nascimento Mattos/Titular ABDI (ok)

Antonio Carlos Tafuri/suplente ABDI (ok)



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Fernandes Amaral Filho, Secretário (a)**, em 17/03/2022, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Ricardo Ramos Sales, Coordenador(a)**, em 17/03/2022, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida na http://www.sei.suframa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1274930** e o código CRC **798FA264**.